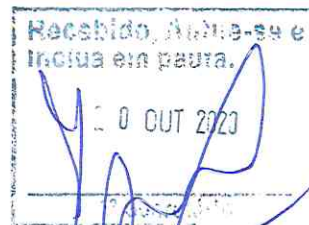




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

20 OUT 2020

Protocolo: 932/20

Processo: 932/20.

PROJETO DE LEI

Nº 870/2020

AUTOR: DEP. ALEX SILVA - REPUBLICANOS

Torna obrigatório o uso de pisos absorventes de impacto em áreas de lazer e recreação infantil, e da outras providencias.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º As áreas de lazer e recreação infantil publica ou privada no Estado de Rondônia, deverão ser equipadas com pisos absorventes de impacto em conformidade com base na norma ABNT NBR 16071-3:2012.

Art. 2º As áreas compreendidas no artigo 1º desta lei compreende a:

- I- Playground;
- II- Parques;
- III- Praças públicas ou privadas;
- IV- Shopping Centers, e
- V- Escolas

Art.3º Em caso de descumprimento as normas previstas nesta Lei, acarretará:

- I- Notificação;
- II- Multa de 14 UPF (unidade padrão fiscal);
- III- Multa dobrada em caso de reincidência.

Art.4º O poder Executivo regulamentará no que couber às medidas necessárias para a fiscalização e cumprimento desta lei.

Art.5º Esta lei entra em vigor 90 (sessenta) dias após sua publicação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº _____

AUTOR: DEP. ALEX SILVA - REPUBLICANOS

JUSTIFICATIVA

Esta propositura tem a finalidade de buscar maior segurança de nossas crianças em espaços de diversão (playground, parques, praças públicas ou privadas, shopping Center e escolas), pequenos acidentes poderão ser evitados de forma direta, quando da aprovação desta propositura. A certificação de playground em relação aos pisos emborrachados é aplicada na norma ABNT NBR 16071-3:2012. "O piso deve proporcionar o amortecimento de uma queda de até três metros de altura, sem que haja fratura craniana". No tocante a competência para fiscalização das áreas e locais descritas no artigo 2º desta lei, essa propositura não cita a secretaria ou órgão específico do governo, pois a esse poder executivo foi dado o poder discricionário de administrar.

Plenário das Deliberações, 08 de Outubro de 2020.

ALEX SILVA

DEPUTADO ESTADUAL - REPUBLICANOS